

Título: Modernizar setor elétrico é relevante, mas avaliação da proposta do MME demandará atenção

Veículo: Broadcast Energia

Data: 17/04/2025



MODERNIZAR SETOR ELÉTRICO É RELEVANTE, MAS AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DO MME DEMANDARÁ ATENÇÃO

18:05 17/04/2025 ✓



Por Wilian Miron*

São Paulo, 17/04/2025 - A proposta de modernização do setor elétrico apresentada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) aborda pontos relevantes das principais discussões setoriais dos últimos anos, como a abertura do mercado a todos os consumidores até 2028, a equalização dos custos para as distribuidoras, e o reequilíbrio dos encargos setoriais, segundo especialistas e associações consultados pelo **Broadcast Energia**.

Por outro lado, as mudanças no modelo de autoprodução por equiparação, os impactos da redistribuição dos custos, e a possibilidade de introdução de novos jabutis foram destacados como pontos de atenção.

Para a Associação Brasileira de Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), a medida apresentada ontem, 16, pelo MME, de eliminação de barreiras para a entrada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), equaliza direitos no setor e elimina privilégios de alguns grupos poderem escolher seu fornecedor.

O presidente executivo da entidade, Rodrigo Ferreira, mencionou que não havia justificativa para impedir que todos os grupos pudessem ingressar no mesmo ambiente, e que a mudança permitirá redução de até 30% no custo final da energia. "A equalização de direitos é muito importante nesse projeto. É uma visão de deixar todos os consumidores em pé de igualdade, e isso é muito importante, pois isso é justiça tarifária", disse.

Já a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) aponta, em nota, que a proposta apresentada atende às preocupações levantadas pelo segmento de distribuição, ao abordar medidas para tratar da sobrecontratação e outros efeitos que as concessionárias teriam das migrações de consumidores para o mercado livre, deixando os custos dos encargos setoriais para sua base de clientes.

Outro ponto destacado pela entidade é em relação à redução das distorções e o fim dos subsídios que impactam as tarifas de energia no mercado regulado. Esse posicionamento da entidade é em relação ao fim dos descontos para fontes incentivadas, medida que pelas contas do MME pode trazer um alívio de R\$ 10 bilhões à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Preocupações

Contudo, alguns agentes manifestaram preocupação. Para o presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Alexei Vivan, as propostas de ampliação da isenção de pagamento da energia para população de baixa renda podem pressionar os custos da CDE, o que gera preocupação quanto à sustentabilidade da distribuição.

Para ele, talvez fosse melhor buscar mecanismos de redução geral da CDE do que aumentar a isenção da tarifa de energia à população de baixa renda por meio de maior contribuição de consumidores livres. "Porém, seria necessária uma reforma mais ampla do setor elétrico, com maior dificuldade de trâmite no Congresso Nacional", ponderou sobre sua sugestão.

O analista do Itaú BBA, Marcelo Sá, destaca que embora a reforma do setor elétrico seja necessária, as discussões sobre as possíveis alterações no projeto do MME inspiram cautela, devido às experiências recentes de propostas legislativas do setor que foram alteradas pelo Congresso, aumentando a percepção de risco entre os investidores. "É crucial monitorar este assunto de perto e permanecer vigilantes quanto aos resultados potenciais", destaca, em relatório.

Visão parecida tem o Instituto **Acende** Brasil. Para a organização, todos os temas abordados no projeto "já deveriam ter sido tratados há algum tempo pelo governo".

A entidade espera que na tramitação legislativa o Congresso se dedique a corrigir ou aprimorar a proposta, e destaca que "o texto final seja construído com responsabilidade e livre da inclusão de jabutis".

Já a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace) avalia que a proposta do Ministério de Minas e Energia ainda demandará análises mais aprofundadas, uma vez que não foi debatida com a indústria. "Entendemos que é importante avaliar com cautela movimentos que procuram fazer o que é certo, o barateamento da conta para pequenos consumidores, mas que podem se apoiar no deslocamento de custos da conta de luz para o preço dos produtos brasileiros com resultados piores do que os benefícios pretendidos", ressalta.

*Colaborou Ludmylla Rocha

Contatos: wilian.miron@estadao.com; ludmylla.rocha@estadao.com